

## Os Desafios do Mundo Digitalizado

Clarice Arrais de Alencar Mota\*

Após a internet ter se tornado um dos principais instrumentos de mobilização contra o Governo por meio das manifestações populares que marcaram o mês de junho, as comunicações eletrônicas voltaram a atormentar o Palácio do Planalto com o surgimento de acusações de espionagem digital por parte do governo norte-americano. Diante das declarações de coleta indiscriminada de dados brasileiros pelos Estados Unidos - não apenas para fins de segurança, mas também para fins comerciais -, o Governo Federal passou a visualizar de forma mais evidente a fragilidade das redes de telecomunicações do País.

Atualmente, o Brasil possui 16 cabos submarinos de telecomunicações que interconectam o País ao restante do mundo, sendo que 8 destes passam pelos Estados Unidos e a grande maioria é controlada por empresas americanas, resultando em uma forte concentração de infraestrutura em solo estadunidense. Isso demonstra que os dados brasileiros são trafegados com vulnerabilidade, fato que causou indignação da sociedade quanto à possibilidade eminente de violação de informações pessoais.

O Brasil ainda não possui um marco regulatório que puna explicitamente a violação de informações individuais, apesar de o Governo Federal, há alguns anos, discutir uma legislação específica relacionada à proteção de dados pessoais, assim como a aprovação do Marco Civil da Internet - Projeto de Lei (PL) 2126/11 - no Congresso Nacional. As recentes denúncias de espionagem criaram um cenário favorável para que estas medidas entrassem definitivamente na agenda do Governo e ganhassem celeridade na sua tramitação.

Exemplo disso está na declaração da ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, pedindo agilidade ao Congresso na votação do Marco Civil da Internet. O que não implica, necessariamente, que a preocupação do Governo em dar uma resposta à sociedade quanto às denúncias, resulte em uma decisão mais assertiva. Se essas medidas estão em discussão há anos pelo Governo é porque remetem a temáticas complexas que não podem ser deliberadas de forma impulsiva. São medidas necessárias, mas que precisam ser muito bem trabalhadas para terem êxito.

Em alguns casos, bastaria apenas o Governo por em prática normas vigentes. A discussão sobre governança da internet e segurança de dados governamentais já era prevista no Decreto que instituiu o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que estabeleceu como uma das competências da Telebrás a implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal. No entanto, foi necessário o escândalo de espionagem irrestrita dos EUA para o País abrir os olhos para a necessidade de fortalecer a sua infraestrutura de telecomunicações.

Nos dias atuais, o poder de um País também é medido por sua capacidade de fomentar o desenvolvimento de tecnologias digitais. A ausência de tecnologias nacionais em telecomunicações expõe o País a situações vulneráveis, como a espionagem digital. Foi exatamente isso o que aconteceu no Brasil. Grande parte dos equipamentos de telecomunicações utilizados pelo Governo brasileiro não são nacionais, o que facilitou a violação de dados pelos EUA.

O desenvolvimento de tecnologias tem que ir muito além da construção de um satélite geoestacionário brasileiro - com o intuito de auxiliar nas comunicações militares estratégicas e na ampliação do alcance da banda larga -, e da construção de novos cabos submarinos e fibras ópticas. O Brasil precisa investir em ciência e tecnologia, estimular a formação de especialistas na área, para que o País, não só construa equipamentos, mas também desenvolva tecnologias nacionais.

O Brasil precisa visualizar que as tecnologias digitais serão o futuro do desenvolvimento econômico, social e político dos países - seja para promover mobilizações sociais, para estabelecer a segurança e a soberania ou para fomentar pesquisa e inovação -, de modo que o País necessita, como um dos primeiros passos a ser dado, de uma legislação efetiva sobre governança da internet. O marco regulatório das comunicações brasileiras encontra-se defasado diante das atualizações do mundo digitalizado e não atende mais ao atual cenário de convergência digital. O Brasil precisa se atualizar, se quiser ser respeitado mundialmente, principalmente no contexto digital.

Clarice Arrais de Alencar Mota é assessora da Umbelino Lôbo e trabalha na área de Relações Governamentais desde 2010. É graduada em Ciência Política e pós-graduanda em Gestão Pública, ambos pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF).

A análise exposta neste texto é fundamentada nas impressões pessoais da autora, não representando posicionamento da empresa.